O REFORÇO DOS PAPÉIS DE GÊNERO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: um estudo a partir do município de Peri - Mirim/MA

Taynara Amorim Garcia [1]

RESUMO

O presente artigo é fruto de um trabalho de conclusão de curso de especialização *Lato Sensu* em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social, realizado na Faculdade Laboro, Polo de São Luís. Este estudo se debruça, fundamentalmente, na análise acerca das relações de gênero presentes no Programa Bolsa Família (PBF). Para a construção deste trabalho foi realizado levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi realizada em dois povoados e no Centro da cidade de Peri - Mirim/MA. Os resultados apresentados se fundamentam nos dados qualitativos obtidos a partir da pesquisa de campo onde conclui-se que as demandas atribuídas às mulheres no PBF reforçam papéis estereotipados entre os sexos.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Gênero; Mulheres.

ABSTRACT

This article is the result of a work to conclude a *LatoSensu* specialization course in Public Policies and Social Assistance Management, held at FaculdadeLaboro, Polo de São Luís. This study focuses, fundamentally, on the analysis of the gender relations present in the BolsaFamília Program (PBF). For the construction of this work, a bibliographic survey and field research were carried out. The field research was carried out in two villages and in the city center of Peri - Mirim/MA. The results presented are based on the qualitative data obtained from the field research where we conclude that the demands attributed to women in the PBF reinforce stereotyped roles between the sexes.

Keywords: Bolsa Familía Program; Genre; Women.

[1] Graduada em Serviço Social – FACAM. Pós-graduada em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social – LABORO. taynara.garcia.tg@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O debate acerca do reforço dos papéis tradicionais de gênero no Programa Bolsa Família – PBF é relativamente novo, por esse motivo este trabalho pretende trazer subsídios para esta reflexão. Nesse sentido, compreende-se por papéis tradicionais de gênero o conjunto de padrões comportamentais que são aprendidos/ensinados a cada sexo por e cada sociedade, de acordo com Safiotti (1987, p.8):

> A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem.

Cabe ressaltar, que nesta pesquisa não se nega a importância do Programa Bolsa Família, no entanto, a discussão aqui levantada critica a forma como as mulheres são vistas pelas políticas públicas brasileiras e a necessidade de mudança dessas perspectivas.

Sabe-se que não é intenção do Bolsa Família questionar os papéis de gênero que foram e são construídos socialmente sobre o lugar da mulher na família e na sociedade. Por isso, este artigo tem o objetivo de analisar o reforço dos papéis de gênero dentro do Programa Bolsa Família no município de Peri – Mirim/MA, partindo do seguinte problema: “O Programa Bolsa Família reforça os papéis tradicionais de gênero, não contribuindo para a emancipação das mulheres pobres? ”.

Para a construção deste trabalho foi utilizado pesquisa de campo com caráter qualitativo, entrevistas semiestruturadas e o método materialista histórico dialético, com o intuito de calcar um conhecimento na superação da aparência em direção à essência.

No primeiro momento, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de aprofundar o debate sobre as categorias centrais que norteiam este estudo. Em seguida, a pesquisa de campo com seis mulheres entrevistadas seguindo

os seguintes critérios: beneficiárias/titulares residentes da cidade de Peri – Mirim/MA; casadas ou em união estável; com filhos de até 17 anos de idade e que não possuem nenhuma outra fonte de renda fixa. Vale ressaltar que foram utilizados nomes fictícios para a preservação da identidade das entrevistadas. Por fim, realizou-se a análise do material obtido.

Dessa forma, a investigação aqui apresentada, poderá contribuir para a construção de programas sociais que levem em consideração a dimensão de gênero e sejam pensados para ampliar a autonomia das mulheres, e ainda aumentar o debate sobre esse tempo pouco discutido no meio acadêmico.

2 BREVES DISCUSSÕES TEÓRICAS ACERCA DAS CATEGORIAS GÊNERO E PATRIARCADO

Em linhas gerais "gênero" está vinculado a construções sociais, não a características naturais, para explicar melhor, citamos Simone de Beauvoir, que na década de 1940, em sua famosa obra "O Segundo Sexo" já afirmava:

> Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre macho e castrado, que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 2016, p.11)

Com essa afirmação, Beauvoir ressalta que gênero é construído socialmente, e ser homem ou mulher não é um dado biológico/natural, mas algo interpretativo e social que se constitui ao longo da história, onde cada cultura criou os padrões comportamentais de cada gênero. Saffioti (2015) considera que "*Gênero* também diz respeito a uma categoria histórica" [...]. De acordo com Cunha existe diferença entre gênero e sexo:

> [...] O sexo descreve as características e as diferenças biológicas, que estão exclusivamente relacionadas a anatomia e a fisiologia. Gênero, por sua vez, engloba as diferenças sócio-culturais existentes entre o sexo feminino e o masculino, as quais foram historicamente construídas (CUNHA, 2014, p.150).

No entanto, para o estudo a que se propõem esta pesquisa, apresentar somente a dicotomia entre gênero e sexo não seriam suficientes para fundamentar teoricamente, pois:

> O centro da nossa crítica ao conceito de gênero reside na ocultação da hierarquia e dos antagonismos materiais existentes entre sexos. Essa ocultação ocorre porque, hegemonicamente, os estudos de gênero não são

> desenvolvidos de forma relacional os sistemas de exploração, notadamente, de classe. (CISNE; SANTOS, 2018, p.50)

Compactua-se com as ideias de Cisne e Santos (2018) quando as autoras afirmam que é essencial observar a categoria gênero a partir da contradição capital/trabalho, como também as classes que a determinam, pois ela seria o foco das desigualdades sociais. Analisar a questão de gênero pela totalidade impede que as análises acerca do assunto não sejam fragmentadas. Desse modo, é imprescindível relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contra as desigualdades vinculadas à classe trabalhadora.

Portanto, para analisar as atividades e condutas tipicamente femininas que o Programa Bolsa Família incentiva e desenvolve não se pode observar apenas as "questões de gênero", mas também as relações de produção e reprodução, nisso inclui a divisão sexual do trabalho. Para Cisne e Santos (2018, p.62):

> É dessa imbricação dialética que a sociedade capitalista vai operar divisões no mundo do trabalho e nas próprias classes sociais, operando a simbiose entre opressão e exploração. Por isso, não temos como discutir opressão sem relacioná-la à exploração.

Sobre divisão sexual do trabalho, Souza-Lobo esclarece:

> A divisão sexual do trabalho produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeitos e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação do gênero dominação. (SOUZA-LOBO, 1991, p.174)

Na sociedade capitalista patriarcal a divisão sexual do trabalho se expressa através de uma relação assimétrica entre homens e mulheres, o conceito de patriarcado em linhas gerais refere-se ao sistema social em que o sexo masculino mantém o poder primário onde predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades, no âmbito da vida privada o pai mantém a autoridade sobre as mulheres e filhos.

Segundo Saffioti (2015), a economia doméstica organizada é responsável por sustentar o regime patriarcal, nesse sistema, as mulheres são importantes como reprodutoras tanto da força de trabalho, quanto da geração de herdeiros, no entanto, são vistas apenas como meros objetos de prazer e satisfação sexual.

Portanto, sendo a sociedade brasileira marcada por uma cultura fortemente patriarcal e de opressão, se fez necessário esse breve resgate aos conceitos de

gênero e patriarcado. A construção social assimétrica de funções de sexo e de classe colocou as mulheres pobres em patamares sociais inferiores tanto no âmbito privado quanto no âmbito público.

3 BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM OLHAR SOBRE E PELAS MULHERES DO MUNICÍPIO DE PERI-MIRIM/MA

3.1 O perfil das entrevistadas

Os resultados apresentados se fundamentam nos dados qualitativos obtidos a partir da pesquisa de campo. Com o intuito de melhor apreender as informações contidas nas entrevistas foi traçado o perfil socioeconômico de cada uma das entrevistadas, elencando também as vivências semelhantes entre elas.

Tabela 1 – Perfil das entrevistadas

	Maria	**Célia**	**Joana**	**Ana**	**Teresa**	**Rosa**
Idade	30	28	26	29	30	27
N° de filhos	2	3	2	3	4	1
Estado civil	União Estável	União Estável	União Estável	Casada	União Estável	União Estável
Escolaridade	Fundamental Completo	Fundamental Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Fundamental Completo
Residência	Zona Rural	Zona Rural	Zona Urbana	Zona Rural	Zona Rural	Zona Rural
Renda média	R$ 500,00	R$ 800,00	R$1200,00	R$ 500,00	R$ 800,00	R$ 400,00

Fonte: Dados da Pesquisa 2021

Ao traçar este perfil revelou-se um grupo relativamente jovem com renda média das famílias em torno de R$ 700,00. Destacamos que todas as famílias possuem

algum membro que faz algum trabalho informal[2], ou seja, a renda não é proveniente apenas do Bolsa Família.

Todas as entrevistadas moram em casa própria, contudo as casas das mulheres que moram em povoados são em sua maioria de taipa e sem saneamento básico, marcando uma diferença entre a entrevistada que reside na área mais urbana da cidade. Outro fator importante a ser destacado é referente a baixa escolaridade das entrevistadas, apenas duas concluíram o ensino médio, podendo ser uma barreira que dificulta o acesso ao mercado de trabalho, a taxa de analfabetismo e baixa escolaridade para os estados brasileiros mais rurais mostra a grande disparidade entre o urbano e o rural.

Do ponto de *vista educacional*, o Maranhão apresenta um baixo nível educacional da população de 10 anos ou mais, visto que, *61,0% não possui instrução ou tem somente o ensino fundamental incompleto; 19,0% possui ensino médio completo e 4,0% ensino superior completo (IBGE, 2017).*

Considerando - se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM (IPEA, 2016) o Estado do Maranhão possui um IDHM de 0,678. Ainda, nesse período, o Maranhão apresenta uma *situação drástica acerca da pobreza, com 54,1% dos domicílios vivendo em condições de pobreza.*

Os relatos das entrevistadas demonstram o caráter complementar do Bolsa Família a elas e suas famílias. Percebe-se que em todas as famílias alguém do núcleo familiar realiza alguma atividade para complementar a renda e não ficar dependendo apenas do benefício. Outra semelhança entre as entrevistadas que veremos ao longo do trabalho se refere a falta de percepção da desigualdade de gênero que há em suas vivências.

3.2 O Programa Bolsa Família como reforço dos papéis de gênero: o pensamento dos sujeitos sociais

[2] Cabe ressaltar que nenhuma das entrevistadas possuem empregos formais, mas em todas as famílias há membros que fazem algum trabalho extra para complementar a renda.

É importante compreender as percepções dessas mulheres sobre o Programa Bolsa Família, principalmente no que se refere a questão de gênero, pois, possuem percepções sobre suas vivências enquanto sujeitos sociais e os elementos que cada uma destaca auxilia a análise do tema estudado.

Para pesquisar sobre as questões de gênero no Bolsa Família precisa-se primeiramente compreender qual a percepção das usuárias acerca do programa, dessa forma, a primeira pergunta foi: "Como você define o Bolsa Família?". Os depoimentos apontam a fragilidade do programa no município, fato que implica inclusive na percepção dos seus usuários acerca do mesmo.

> *"Pra mim, o bolsa família é um benefício voltado para pessoas mais necessitadas que ajuda muito a gente." (MARIA)*

> *"Eu defino como uma ajuda muito boa, o nosso presidente Lula foi muito bom dando essa chance para a gente, só quem já viu a fome de perto é que tem essa bondade para fazer isso pelos pobres." (CÉLIA)*

A noção de ajuda é recorrente entre todas as entrevistadas, as seis ao responderem como definem o programa, o associaram à ajuda. Essa noção pode trazer implicações, principalmente nas dificuldades dessas famílias em não se reconhecerem enquanto cidadãos que possuem direitos, como alerta Sposati et al (2006) é neste momento que assistência se constitui em um não-direito.

Em seguida foram questionadas sobre as suas condições de desempregadas, pois se sabe das limitadas oportunidades de emprego nas pequenas cidades do Estado do Maranhão, as respostas também foram unânimes ao dizerem que na cidade não há mercado de trabalho.

> *"Quando meu segundo filho ficou maiorzinho eu tentei arranjar um emprego em comércios e não consegui, mas graças a Deus meu companheiro conseguiu. Moça, pode reparar, nesses comércios a maioria dos trabalhadores são homens, tá mudando um pouco agora, mas a maioria ainda é homem." (JOANA)*

Historicamente, o trabalho remunerado da mulher se deu de forma subalternizada e precarizada, atualmente diversos estudos mostram que a pobreza atinge um grande contingente feminino. Como afirma Gama (2015, p.41):

> O assalariamento não atingiu os homens e as mulheres da mesma maneira. Esse movimento uniformizou os indivíduos pela redução de suas forças de trabalho ao salário, aprofundou a especificidade das mulheres, sua relação com o homem e sua exclusão.

A Revolução Industrial absorveu o trabalho feminino nas fábricas, contudo apesar das mulheres acessarem o trabalho assalariado, a divisão sexual do trabalho que coloca a mulher em uma posição inferior à do homem permaneceu. Essas questões perduram até hoje, a desigualdade salarial e a falta de oportunidades diferenciam as mulheres dos homens, assim as mulheres ficam mais propensas a viverem situação de pobreza ou extrema pobreza, e, mesmo se tratando de um município de pequeno porte onde as oportunidades de emprego são difíceis para todos, as mulheres estão mais vulneráveis que os homens.

Ainda a respeito do mercado de trabalho outra entrevistada respondeu:

> *"Aqui não tem emprego, os que tem a maioria das vagas são em comércios ou pela prefeitura, e trabalho na prefeitura você sabe que só se consegue pelo voto." (ANA)*

Podemos destacar os múltiplos interesses que permeiam o emprego no âmbito público que se materializa nas instituições municipais, uma vez que há uma constante presença de relações clientelistas.

Segundo José Murilo de Carvalho (1998), o clientelismo indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos na forma de empregos, benefícios fiscais ou isenções em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. Dessa forma

> Qualquer noção de clientelismo implica troca entre atores de poder desigual. No caso do clientelismo político[...] o Estado é a parte mais poderosa. É ele quem benefícios públicos em troca de votos ou qualquer outro tipo de apoio que necessite. (CARVALHO, 1998, p.240)

Após essa sondagem mais geral sobre o Programa Bolsa Família partiu-se para perguntas mais específicas sobre a questão de gênero no programa. A vista disso, elucida-se sobre a escolha das mulheres como titulares preferencial do cartão do benefício.

> Ao dar preferência às mulheres como titulares dos cartões de saque, o Bolsa Família colabora para dar autonomia a essas beneficiárias. É o início de um caminho que contribui para superar a cultura de resignação, quebrar a dominação de gênero e reforçar a cidadania. (BRASIL, 2014, p.18)

Desse modo, as entrevistadas foram questionadas sobre a sua prioritária responsabilização pelo benefício do Bolsa Família. As narrativas apresentadas aqui representam a maioria das respostas obtidas.

> *"Eu acho muito bom, porque eu compro o que eu quero e o que é preciso de verdade, antes qualquer coisinha eu tinha que pedir para meu marido e isso era muito chato, a gente que é mulher sabe o que precisa mesmo." (TERESA)*

> *"É uma conquista muito grande para nós mulheres porque a gente ganha mais liberdade." (ROSA)*

Compreende-se que o Programa Bolsa Família ao nomear a mulher como titular preferencial do benefício e assim responsável pelo cumprimento das condicionalidades, reconhece por um lado a sua importância na organização familiar, mas por outro, essas responsabilidades são impostas desde sempre ao sexo feminino, e contribuem para a desigualdade de gênero, sobre isso Bandeira (2005, p.8).

> [...] as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Isso implica que não priorizam a importância e o significado que se estabelece no relacionamento entre os sexos; ao contrário, a centralidade posta na mulher-família reafirma a visão essencialista de que a reprodução e a sexualidade causam a diferença de gênero de modo simples e inevitável. Configura-se, portanto, numa política pública que enfatiza a responsabilidade feminina pela reprodução social pela educação dos filhos, pela demanda por creches, por saúde e outras necessidades que garantam a manutenção e permanência da família e não necessariamente seu empoderamento e autonomia.

No entanto, o Programa Bolsa Família, ao passo que opera como um mecanismo de proteção social, é também responsável por garantir a ampliação das responsabilidades familiares, que relembra um caráter moralizador da assistência social de outrora. O PBF exige das famílias beneficiadas que participem e acessem os serviços básicos de saúde e educação com as condicionalidades que são colocadas para as famílias permanecerem no programa. Sobre isso foi perguntado se as entrevistadas sabiam o que eram as condicionalidades.

> *"Não sei, na verdade hoje é a primeira vez que escuto essa palavra." (TERESA)*

> *"São as condições que temos que cumprir para continuarmos recebendo o benefício." (JOANA)*

Os papéis tradicionais de gênero que sempre foram impostos às mulheres estão ligados ao cuidado, no Programa Bolsa Família podemos ver isso claramente no cumprimento das condicionalidades para manter o benefício, todas relacionadas ao cuidado.

> A imposição de condicionalidades nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social pode gerar, para as mulheres em situação de extrema

> pobreza, responsabilidades ou sobrecarga de obrigações relacionadas à reprodução social, impactando o tempo e o trabalho das mulheres, além de reforçar papéis tradicionais na esfera dos cuidados. (CARLOTO; MARIANO, 2012, p.259)

Para Passos (2017), a discriminação que as mulheres sofrem no brasil é disfarçada sob a forma de proteção à suposta fragilidade feminina, que encobre a cultura patriarcal de opressão e submissão que as mulheres são submetidas, de acordo com esse pensamento, nessa realidade de opressão mascarada, a intervenção do estado, através de políticas públicas para as mulheres, é fundamental para superar as assimetrias de gênero.

Os papéis tradicionais de mãe e esposa são reforçados pelo programa bolsa família, mas, historicamente, num contexto mundial esses papéis são evidenciados em diversos momentos, a exemplo, temos a revolução francesa no século XVII, quando as esferas públicas e privadas, a valorização da família e a diferenciação dos papéis sexuais ficaram mais notórias.

> Embora a maternidade, tida como natureza feminina, tivesse cumprido um papel de reforçar a condição da mulher como cuidadora, protetora e como algo fisiológico, desempenhou um papel fundamental para pensar em uma função de caráter também social, permitindo a saída de muitas mulheres para outros espaços que não fossem apenas o do lar. A presença de mulheres nas áreas de atuação que envolve a função do cuidar é ainda significativa no Brasil, podendo os fatores que determinam a escolha variar de acordo com as motivações. (CORGOZINHO, 2015, p. 106)

Um questionamento importante para entender como o PBF pode reforçar os papéis de gênero é sobre os cursos e serviços ofertados pelo CRAS, novamente as respostas se assemelham.

> *"Faz tempo que não vem curso pra cidade, o que tem e o grupo dos idosos que minha mãe faz parte, mas ela nem mora comigo, esse é o único serviço que eu tenho conhecimento que funciona lá." (ROSA)*

> *"Que é do meu conhecimento não tem curso nenhum, mas já teve tempos que veio uns cursos de bordados, costuras, doces e salgados, essas coisas que vinham para as mulheres, mas de uns tempos para cá não teve mais, eu ainda fiz uns, era divertido, mas dinheiro mesmo nunca ganhei com essas coisas que aprendi lá." (JOANA)*

De forma unânime, afirmaram não saber da existência de cursos ou serviços ofertados pelo Centro de Referência de Assistência Social, muitas citaram o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que seus filhos ou familiares participam,

mas em relação a cursos sempre citavam os que haviam sido ofertados há algum tempo, que em sua maioria são revestidos de um tradicional papel de gênero.

Conforme Ericeira (2011) às estratégias de geração de renda articulam-se com atividades tipicamente femininas, conforme a sociedade patriarcal, assim, podemos observar que as atividades que são desenvolvidas nessas iniciativas de geração de renda, voltadas para as mulheres, são trabalhos manuais, geralmente vinculados àqueles desenvolvidos no âmbito doméstico, são tarefas tradicionalmente desempenhadas por mulheres e que traduzem os elementos que estruturam a divisão sexual do trabalho.

A partir do exposto, colocam-se alguns pontos de análise necessários para compreender o papel da geração de renda com mulheres, e em que proporção se incorpora, de fato, a perspectiva de gênero, no sentido de alteração das estruturas de poder que legitimam a desigualdade de homens e mulheres, e que é compreendido como pressuposto para garantir a autonomia econômica e pessoal das mulheres, fato que viabiliza a superação da pobreza.

Assim, corroboram as autoras,

> Geralmente são organizados grupos de mulheres para a realização de atividades produtivas como costura, panificação, salão de beleza, confeiteiras, entre outras atividades consideradas femininas. O que se observa é a retomada, na figura de capacitação e produção, de atividades que são comumente realizadas na esfera doméstica, ou seja, que já pertencem ao cotidiano das mulheres, no entanto, na forma de funções exercidas como responsabilidade natural. (GOMES; CARLOTO, 2010, p. 20)

Portanto, a centralidade das políticas de geração de renda para as mulheres nas agendas públicas se desenha sobre o pressuposto da conquista da autonomia econômica pelas mesmas, como meio para a superação da condição que as subalternizam e as tornam mais vulneráveis às mazelas ocasionadas pela pobreza. Porém, as atividades frequentemente desenvolvidas no âmbito de geração de renda, em razão da sua consideração enquanto “obrigação”, nunca foram vistas como trabalho, tampouco receberam qualquer valorização pela sua importância no funcionamento da sociedade como um todo, dessa forma, não se pode esperar que recebam o devido *status*, visto que são práticas historicamente invisibilizadas e de baixo valor social (ERICEIRA, 2011, p. 69).

No primeiro momento de conversa com as entrevistadas, foi esclarecido sobre o que se tratava a pesquisa e o tema estudado. Logo, foi possível identificar que as mesmas não pensavam sobre ser mulher sem está relacionado com as "atribuições do lar". Ao serem indagadas sobre o que é ser mulher percebemos em suas respostas a falta de identidade enquanto sujeitos sociais, resultado dos papéis, tarefas e comportamentos sociais e culturais historicamente atribuídos às mulheres e também de suas vivências pessoais.

> *"É uma pergunta engraçada, nunca parei pra pensar sobre isso, eu acho é ser mulher é uma coisa abençoada, uma dádiva de Deus." (TERESA)*

> *"É ser guerreira, batalhadora, é nunca desistir mesmo diante das dificuldades." (JOANA)*

Perante a similitude das respostas obtidas percebemos a pouco frequência com que essas mulheres pensam suas existências por elas e para elas mesmas, como aponta Peixoto, (2010, p.8):

> Embora vivenciem, com intensidade, os aspectos subjetivos de suas identidades, seus conflitos, suas angústias, seus transtornos, assim como qualquer ser humano de qualquer classe social, é evidente que os níveis de reflexão e abstração em torno de si e de suas vidas ainda são práticas pouco exercitada.

A responsabilidade nos afazeres do lar, enquanto atribuição tipicamente feminina pode gerar condições de pobreza ainda mais significativas, para Potyara Pereira (2006):

> Chefiar família e cuidar dos filhos, de enfermos e idosos - porque esta continua sendo atribuição feminina - constitui uma via para o empobrecimento. A situação piora na velhice, pois muitas formas de provisão social, especialmente a aposentadoria, são baseadas em contribuições de longo prazo provenientes, de regra, do trabalho formal assalariado. (PEREIRA, 2006, p.35).

Não foi surpreendente, por toda a análise feita até o presente momento a similitude entre as respostas obtidas, as mulheres entrevistadas possuem vivenciais muito afins apesar das particularidades de cada uma. Ao tentar apreender se o PBF reforça ou não os papéis de gênero, a pesquisa é concisa ao mostrar que sim.

4 CONCLUSÃO

Através da utilização dos referenciais teóricos e da pesquisa de campo, foi possível concluir que o Programa Bolsa Família na realidade estudada tem de fato reforçado os papéis tradicionais de gênero, e que o desenho das políticas públicas no Brasil é fortemente influenciado pela lógica de dominação/subordinação da mulher pelo homem, marca característica da sociedade patriarcal.

A focalização na família desempenhada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS, especialmente no que se refere ao repasse de um benefício em troca de cumprimento de condicionalidades, podem refletir sobre seus alcances, desdobramentos e possíveis impactos nas relações de gênero, estas marcadas principalmente pelas desigualdades sociais entre mulheres e homens.

Diante das respostas das entrevistadas, os resultados indicam que, embora o bolsa família tenha promovido uma certa melhoria na qualidade de vida das mulheres e suas famílias, dando-lhes possibilidade de usufruir, ainda que minimamente, de bens de consumo (a maioria vinculado à alimentação e necessidades dos filhos), não significou de fato uma mudança no status social ou uma maior autonomia.

Foi possível concluir, que a sobrecarga de responsabilidades sobre sua condição de usuária do benefício pesa na vida cotidiana, mesmo que de forma naturalizada, ser a titular preferencial do programa bolsa família impõe uma forte culpabilização quando não conseguem cumprir as condicionalidades, além de terem que conviver cotidianamente com um conjunto de estigmas, por serem mães.

É importante ressaltar que compreendemos que o Programa Bolsa Família não foi elaborado para assegurar o empoderamento e a autonomia das mulheres, tão pouco seu objetivo é enfrentar as desigualdades de gênero. Contudo, seu desenho com foco na família e sendo um programa de transferência de renda condicionada atua no processo de perpetuação dos papéis tradicionais de gênero.

Diante disso, compreendemos que a frequente associação do bolsa família com a emancipação feminina é uma maneira equivocada de analisar as questões de gênero contidas no programa. Por esse motivo, se faz necessário uma maior discussão acerca desse tema, com propostas e estratégias de articulações entre políticas públicas de caráter estrutural que de fato atuem na raiz do problema.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Avançar na Transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. *In*: CEPAL/SPM. Brasília: SPM, 2005.

BEAUVOIR, Simone de; **O Segundo sexo:** a experiência vivida. v.2; tradução Sérgio Milliet; - 3.ed.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família:** transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social. Brasil, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo:** uma discussão conceitual. *In*: CARVALHO, J. M. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no Programa Bolsa Família. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 11, n. 2, p. 258-272, 2012.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mata Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social.** Biblioteca básica de serviço social; v.8 – São Paulo: Cortez, 2018.

CORGOZINHO, Kamila Delfino Santos. A política social e a feminização do cuidado no Programa Bolsa Família: invenção das tradições? **Emancipação**, v. 15, n. 1, p. 96-114, 2015.

CUNHA, Bárbara Madruga. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. XVI Jornada de iniciação científica de direito da UFPR. Curitiba, 2014. Disponível em: http://www.direito.ufpr.br . Acesso em: 15 agosto 2020.

ERICEIRA, Alzira do Carmo Carvalho. **Fundo Maranhense de combate à pobreza e as políticas direcionadas às mulheres:** análise a partir do programa viva mulher. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

GAMA, Andréa de Sousa. **Trabalho, Família e Gênero:** impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. São Paulo: Cortez, 2015.

GOMES, Anne Grace; CARLOTO, Cássia Maria. **Grupos de geração de renda para mulheres:** reforço ou ruptura com a divisão sexual do trabalho?. *In* : SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 24 q 25 jun. 2010, Londrina. **Anais**[...] Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010. ISSN 2177 – 8248.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional**. Rio de Janeiro, 2017.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016.

PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes. **Os Significados do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres:** um estudo na comunidade do Morro da Vitória. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

PEREIRA, Potyara A.P. Políticas Públicas e necessidades humanas com enfoque no Gênero. Revista Sociedade em Debate. Pelotas. EDUCAT,2006.

PASSOS, Luana. Gênero: dimensão contemplada no Bolsa Família?. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 16, n. 1, p. 83-99, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. – 2ed.-São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SPOSATI, Aldaíza et al. **Os direitos (dos desassistidos) sociais.** 5 ed.- São Paulo: Cortez, 2006.